



20 Simulado Premiado SEDES

**2º Simulado premiado
SEDES no formato da
QUADRIX**



Olá, estimado estudante,

Fique atento as principais regras do **2º Simulado Premiado SEDES** .

Data de liberação do simulado: **22/05/2026 (sexta-feira)**

Prazo para envio das respostas: **Até 25/05/2026, segunda-feira, às 19h.**

Responda às questões no arquivo disponibilizado no botão abaixo.

Link:

CLIQUE AQUI!!

- O simulado terá **50 questões de múltipla escolha** no estilo da prova.
- A correção acontecerá nos dias **25 a 29/05, às 19h, em nosso canal no YouTube.**
- O ranking será formado com base no desempenho de todos os participantes.
- O primeiro colocado ganhará um projeto especial para o concurso da SEDES.
- Critério de desempate: Em caso de igualdade na pontuação, o critério de desempate será a ordem de envio das respostas, ou seja, quem enviar primeiro!
Só terá 01 ganhador!
- A participação é gratuita, mas exclusiva para os cadastrados.

Agora utilize de todo seu conhecimento e faça seu melhor.

Até breve,

Prof. Carlinhos Costa e Prof. William Dornela.

LEIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

25 MAIO - Prof. Carlinhos Costa

Em procedimento de análise para concessão do benefício instituído pelo Programa DF Social, a equipe técnica de uma unidade socioassistencial examina três núcleos familiares inscritos no CadÚnico. O primeiro apresenta renda familiar per capita dentro do limite legal e é chefiado por mulher responsável por criança na primeira infância; o segundo possui pessoa idosa em sua composição, mas apresenta inconsistência cadastral ainda não regularizada; o terceiro era beneficiário de programa distrital anterior e passou por atualização recente de dados socioeconômicos.

01. Considerando os critérios de elegibilidade, priorização, cálculo da renda familiar e manutenção do benefício previstos na Lei Distrital nº 7.008/2021, assinale a alternativa CORRETA:

A. A presença de criança na primeira infância, pessoa idosa ou pessoa com deficiência qualifica a família para fins de ordenação preferencial no programa, sem afastar a necessidade de atendimento aos requisitos cadastrais e socioeconômicos previstos para ingresso e permanência no DF Social.

B. A vinculação anterior da família ao Programa DF Sem Miséria produz direito automático à permanência no DF Social, desde que haja registro histórico no CadÚnico, ainda que a atualização cadastral revele alteração da situação econômica inicialmente informada.

C. A chefia familiar exercida por mulher, associada à existência de criança na composição familiar, autoriza a concessão do benefício em valor ampliado, pois a cumulação de critérios de prioridade repercute diretamente no montante financeiro devido.

D. A renda familiar per capita utilizada para enquadramento no DF Social deve ser apurada a partir dos rendimentos declarados no CadÚnico, sendo a existência de benefício assistencial ou de transferência de renda fator suficiente para impedir a concessão do benefício distrital.

E. A identificação de informação cadastral incompatível com a realidade socioeconômica da família enseja manutenção provisória

do pagamento até o encerramento do exercício financeiro, momento em que poderá ocorrer nova análise administrativa.

Em procedimento de monitoramento do Programa Cartão Prato Cheio, a SEDES/DF analisou diferentes registros de utilização do benefício. Em um dos casos, verificou-se o emprego regular do crédito em estabelecimento credenciado para aquisição de alimentos. Em outro, houve tentativa de utilização para compra de produtos incompatíveis com a finalidade do programa. Também foi apresentada demanda de família residente em área com dificuldade de acesso a mercado credenciado, solicitando forma alternativa de atendimento.

02. Com base na Lei Distrital nº 7.009/2021, que institui o Cartão Prato Cheio, assinale a alternativa CORRETA:

A. A utilização do benefício para aquisição de produtos alheios à finalidade alimentar configura situação passível de acompanhamento administrativo, preservando-se a continuidade do crédito enquanto subsistir a condição de insegurança alimentar da família.

B. A substituição do crédito financeiro por cesta básica in natura ou cesta verde pode ser admitida, conforme regulamentação, quando a situação concreta indicar adequação dessa forma de atendimento à finalidade do programa.

C. A titularidade do benefício pode ser deslocada a outro integrante do núcleo familiar quando houver dificuldade de acesso do beneficiário cadastrado ao estabelecimento comercial credenciado.

D. A aquisição conjunta de gêneros alimentícios e produtos de outra natureza é compatível com o programa quando a maior parte do valor utilizado corresponder a itens alimentares.

E. O valor do crédito concedido pelo Cartão Prato Cheio pode ser ajustado em razão das particularidades territoriais da família beneficiária, desde que observado o acompanhamento socioassistencial.

No âmbito da gestão do Programa Prato

Cheio, equipe técnica da SEDES/DF analisa solicitações apresentadas por famílias em diferentes situações de vulnerabilidade social. Entre os casos examinados, há família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, inscrita no CadÚnico, mas cuja situação de insegurança alimentar ainda depende de confirmação técnica; família acompanhada por unidade socioassistencial distrital, embora residente em município da região do entorno; e família residente no Distrito Federal, em situação de insegurança alimentar, com registro atualizado no sistema de informação da SEDES/DF.

03. Considerando os critérios de acesso e as condições de concessão previstos no Decreto nº 42.873/2021, assinale a alternativa CORRETA:

A. O acesso ao Programa Prato Cheio pressupõe a conjugação entre vulnerabilidade econômica, caracterização da situação de insegurança alimentar, registro em base cadastral admitida pela política socioassistencial e residência no Distrito Federal.

B. A renda familiar per capita situada abaixo do limite regulamentar constitui elemento suficiente para o ingresso no programa quando associada à inscrição atualizada no CadÚnico, cabendo a avaliação da insegurança alimentar incidir sobre a continuidade do benefício.

C. O acompanhamento por serviço socioassistencial do Distrito Federal permite o reconhecimento do vínculo territorial necessário à concessão do benefício, quando demonstrada a utilização regular da rede pública distrital pela família requerente.

D. A existência de registro no sistema de informação da SEDES/DF supre a ausência de inscrição no CadÚnico e autoriza a concessão do benefício independentemente da análise territorial, desde que comprovada a insuficiência de renda.

E. A concessão do benefício decorre da identificação de situação emergencial de insegurança alimentar, ficando a disponibilidade orçamentária vinculada à etapa de renovação ou reavaliação administrativa.

Durante a organização da lista mensal de beneficiários do Programa Prato Cheio,

a equipe responsável pela análise socioassistencial verifica que há número de solicitações superior à capacidade de atendimento no mês de referência. Entre os requerimentos aptos à análise, constam famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional grave, núcleos monoparentais chefiados por mulheres com crianças na primeira infância, famílias compostas por pessoa com deficiência ou pessoa idosa, além de pessoa em situação de rua acompanhada por Plano Individual de Acompanhamento voltado à construção de alternativas para saída da rua.

04. Considerando a sistemática de priorização e concessão do benefício prevista no Decreto nº 42.873/2021, assinale a alternativa CORRETA:

A. A definição dos beneficiários deve observar os critérios técnicos de vulnerabilidade identificados pela unidade socioassistencial, cabendo à equipe estabelecer a ordem de atendimento conforme a complexidade de cada caso concreto.

B. A seleção dos beneficiários deve considerar a ordem de priorização prevista no decreto e, dentro dos grupos priorizados, a ordem cronológica de solicitação, observada a disponibilidade orçamentária do período.

C. A presença de pessoa idosa no núcleo familiar constitui critério de precedência em relação às demais situações de vulnerabilidade, em razão da proteção integral conferida pelo ordenamento jurídico a esse público.

D. A pessoa em situação de rua pode ser incluída na lista de atendimento prioritário quando houver registro cadastral atualizado, sendo o Plano Individual de Acompanhamento elemento complementar para fins de monitoramento posterior.

E. A ordem cronológica das solicitações organiza a concessão mensal do benefício, enquanto os critérios de prioridade orientam a reavaliação das famílias já contempladas pelo programa.

Uma família beneficiária do Cartão Prato Cheio, após ter o crédito disponibilizado, utiliza valores de forma parcial ao longo dos meses, preservando saldo remanescente no cartão. Em posterior atendimento, a equipe

técnica identifica que a concessão do benefício ocorreu em caráter emergencial e por ciclo administrativo definido no âmbito da política distrital de segurança alimentar. Surge, então, discussão sobre a possibilidade de o saldo já creditado perder sua validade em razão do encerramento do período administrativo de concessão ou da abertura de novo procedimento de solicitação.

05. Considerando a disciplina prevista na Lei Distrital nº 7.009/2021, assinale a alternativa CORRETA:

A. A validade do saldo disponibilizado deve ser compreendida em articulação com os ciclos administrativos de concessão, de modo que o encerramento do período regulamentar de atendimento pode repercutir sobre a utilização dos valores ainda não movimentados.

B. O crédito concedido no âmbito do Cartão Prato Cheio possui prazo legal mínimo de doze meses para utilização, contado a partir da concessão do benefício, sem que o ciclo administrativo de solicitação reduza esse parâmetro.

C. A utilização do saldo remanescente deve observar a vinculação orçamentária do exercício em que ocorreu a concessão, admitindo-se a reprogramação administrativa dos valores não utilizados após o encerramento da execução financeira.

D. A manutenção do crédito disponível pode ser avaliada conforme critérios de acompanhamento socioassistencial, especialmente quando houver baixa frequência de uso, alteração territorial da família ou dificuldade de acesso à rede credenciada.

E. O saldo preservado no cartão pode ser considerado no novo ciclo de atendimento da família, permitindo à administração compatibilizar o valor remanescente com eventual reconcessão do benefício.

Em procedimento de controle interno referente ao Cartão Prato Cheio, a equipe responsável examina a execução do benefício e identifica que a instituição financeira contratada realiza a confecção dos cartões, efetua o carregamento dos valores a partir das informações encaminhadas pelo órgão competente e adota mecanismos tecnológicos para direcionar a utilização do crédito a estabelecimentos

enquadrados em atividade econômica relacionada à comercialização de alimentos. A partir desses elementos, surge divergência quanto à natureza das atribuições exercidas pelo banco: parte da equipe sustenta que tais tarefas evidenciam transferência da condução operacional do programa à instituição financeira; outra parte entende que se trata de execução instrumental, sem deslocamento da competência administrativa atribuída ao órgão gestor da política pública.

07. Considerando a disciplina prevista na Lei Distrital nº 7.009/2021, assinale a alternativa CORRETA:

A. A atuação da instituição financeira na emissão dos cartões, no carregamento dos créditos e na parametrização do uso em estabelecimentos compatíveis com a finalidade alimentar caracteriza suporte técnico-operacional, preservando-se na SEDES/DF a coordenação, a gestão e a operacionalização do programa, inclusive mediante parcerias administrativas.

B. A instituição financeira, ao executar o carregamento dos valores e disciplinar tecnologicamente o ambiente de uso do crédito, passa a exercer a gestão operacional do benefício, permanecendo com a SEDES/DF a atribuição de identificar as famílias em situação de insegurança alimentar.

C. A competência da SEDES/DF deve ser compreendida como predominantemente normativa e socioassistencial, ao passo que a execução do crédito, depois de autorizada a concessão, desloca-se para a instituição financeira responsável pelo cartão e pela rede econômica habilitada.

D. A condução do programa exige repartição funcional entre SEDES/DF e instituição financeira, pois a implementação do benefício depende da conjugação entre avaliação socioassistencial, emissão do cartão, carregamento dos créditos e controle do ramo de atividade dos estabelecimentos.

E. A gestão do Cartão Prato Cheio estrutura-se a partir de responsabilidades distribuídas entre órgão gestor, instituição financeira e rede comercial, cabendo a cada agente definir, em sua respectiva esfera, aspectos relativos ao acesso, à movimentação do crédito e à continuidade do atendimento.

LEIS DA ASSISTÊNCIA 6

26 MAIO - Prof. William Dornela

No âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, uma equipe técnica discute a reorganização de ações voltadas à execução de políticas públicas de assistência social. Durante a reunião, foi proposta a atuação do Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social especialidade Pedagogia em atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de programas, bem como em outras ações compatíveis com a natureza e a complexidade do cargo, considerando a formação específica exigida para a especialidade.

08. À luz da Lei nº 7.484/2024, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A atuação do Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social deve concentrar-se na execução direta de tarefas operacionais, cabendo o planejamento e a avaliação das políticas públicas aos cargos de direção.
- B.** As atribuições do Especialista compreendem funções de gestão governamental, como formular, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar atividades relacionadas à execução das políticas públicas abrangidas pela carreira.
- C.** O exercício de outras atividades pelo Especialista depende de autorização administrativa pontual, ainda que possuam a mesma natureza e nível de complexidade do cargo.
- D.** As peculiaridades da especialidade do cargo têm função meramente classificatória, não interferindo na definição das atividades atribuídas ao servidor.
- E.** A Lei nº 7.484/2024 atribui ao Especialista atuação voltada ao apoio executivo-operacional das políticas públicas, sob orientação e supervisão de cargos técnicos.

Ao elaborar uma ação intersetorial voltada à população em situação de rua no Distrito Federal, uma equipe técnica da assistência social propõe articular serviços de saúde, educação, trabalho, moradia, segurança alimentar e documentação civil. Parte da equipe, entretanto, defende que a ação deve priorizar o acolhimento institucional e o en-

caminhamento para benefícios assistenciais, tratando as demais demandas como responsabilidades externas à assistência social.

09. Considerando a Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** A política voltada à população em situação de rua deve organizar-se a partir da oferta de acolhimento temporário, sendo a articulação com outras políticas públicas uma medida complementar à proteção social especial.
- B.** A condição de rua deve ser compreendida como expressão da pobreza extrema e da fragilização de vínculos, cabendo ao poder público estruturar respostas intersetoriais que ampliem o acesso a direitos e serviços públicos.
- C.** A atuação estatal deve concentrar-se na identificação das pessoas em situação de rua e no encaminhamento para unidades de acolhimento, pois a superação da exclusão social depende da adesão individual aos serviços disponíveis.
- D.** A participação da sociedade civil na política pública ocorre por meio de entidades assistenciais conveniadas, especialmente na execução de projetos de acolhimento e reinserção social.
- E.** A proteção social à população em situação de rua deve ser conduzida pela assistência social, com apoio das demais políticas quando houver demanda formal apresentada pelo usuário.

Em uma unidade socioassistencial do Distrito Federal, a equipe técnica acompanha adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. Durante uma atividade coletiva, surgem relatos de discriminação racial, constrangimentos relacionados à identidade de gênero e comentários ofensivos contra pessoas LGBTQIA+. Ao discutir os encaminhamentos, alguns profissionais defendem que tais situações devem ser tratadas como conflitos interpessoais, enquanto outros apontam a necessidade de atuação institucional orientada pela equidade, pelo enfrentamento ao preconceito e pela garantia de direitos.

10. Considerando a diversidade, a equidade, as relações étnico-raciais e o entendimento do STF sobre a homotransfobia, assinale a alternativa CORRETA:

A. As práticas discriminatórias relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero devem ser abordadas pela assistência social como violências relacionais, cabendo a responsabilização penal quando houver legislação específica editada pelo Congresso Nacional.

B. A promoção da equidade nas políticas socioassistenciais permite reconhecer desigualdades raciais, sexuais e de gênero, desde que as ações institucionais não estabeleçam tratamentos diferenciados entre grupos atendidos.

C. Os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor alcançam condutas discriminatórias dirigidas a grupos raciais historicamente vulnerabilizados, enquanto as ofensas contra pessoas LGBTQIA+ permanecem no campo da responsabilização civil e administrativa.

D. A atuação socioassistencial deve reconhecer que discriminações raciais, sexuais e de gênero produzem desproteções sociais específicas, cabendo ao poder público adotar práticas institucionais de prevenção, acolhimento e enfrentamento, inclusive considerando o entendimento do STF de que a homotransfobia deve ser enquadrada, até edição de lei específica, nos tipos penais definidos na legislação antirracismo.

E. A abordagem das relações étnico-raciais e da diversidade sexual e de gênero deve ocorrer em ações educativas internas, preservando a neutralidade do atendimento técnico diante de conflitos que envolvam valores culturais, religiosos ou familiares.

Em uma unidade pública da assistência social do Distrito Federal, uma família procura atendimento após sofrer perda repentina de renda, agravada por despesas inesperadas e ausência de rede de apoio. Durante a análise da situação, a equipe identifica que a família atende ao critério de renda previsto na legislação distrital e discute a concessão de benefício eventual. Um dos profissionais

sugere condicionar a concessão à realização de contrapartidas pela família e à apresentação imediata de toda a documentação civil dos seus integrantes.

11. Com base na Lei Distrital nº 5.165/2013 e no Decreto nº 35.191/2014, assinale a alternativa CORRETA:

A. Os benefícios eventuais integram a política de assistência social, mas sua concessão pode ser vinculada ao cumprimento de compromissos definidos pela equipe técnica, quando houver necessidade de acompanhamento familiar.

B. A ausência de documentação pessoal autoriza o adiamento da concessão do benefício eventual, cabendo à família regularizar previamente sua situação cadastral para posterior análise.

C. Os benefícios eventuais possuem caráter continuado e destinam-se à substituição de renda em situações de pobreza persistente, mediante avaliação periódica da equipe de referência.

D. Os benefícios eventuais vinculam-se à assistência social e podem abranger provisões próprias das políticas de saúde e educação quando identificada necessidade imediata no atendimento técnico.

E. A concessão de benefício eventual deve considerar situações de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária, desastre ou calamidade pública, observando critérios socioassistenciais, sem subordinação a contribuições prévias ou contrapartidas.

Em um serviço socioassistencial do Distrito Federal, a pedagoga da equipe técnica participa da construção de uma atividade coletiva com famílias, adolescentes e pessoas idosas. Durante o planejamento, surgem relatos de violência doméstica, negligência contra crianças, controle financeiro de mulheres por seus companheiros e isolamento de idosos no ambiente familiar. Parte da equipe defende que a intervenção pedagógica deve ocorrer por meio de palestras informativas gerais, evitando abordar diretamente as situações relatadas para não interferir nas relações familiares.

12. Considerando a atuação pedagógica na

prevenção e no enfrentamento das violências, assinale a alternativa CORRETA:

A. A intervenção pedagógica em situações de violência deve priorizar ações educativas amplas, voltadas à convivência familiar, deixando a análise dos casos concretos para os órgãos de responsabilização.

B. O trabalho pedagógico no enfrentamento das violências deve organizar espaços de escuta, orientação e reflexão crítica, articulando proteção social, fortalecimento de vínculos e encaminhamentos à rede quando houver indícios de violação de direitos.

C. A atuação da pedagogia deve concentrar-se na produção de materiais educativos, uma vez que a identificação de violências domésticas, contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos constitui atribuição das áreas jurídica e psicológica.

D. As ações pedagógicas preventivas devem preservar a autonomia familiar, evitando problematizar práticas naturalizadas no cotidiano doméstico quando não houver denúncia formal apresentada pela vítima.

E. A intervenção pedagógica deve ocorrer após a confirmação institucional da violência, pois ações preventivas podem fragilizar a confiança entre usuários e equipe técnica.

Em um serviço socioassistencial do Distrito Federal, a equipe técnica elabora uma proposta formativa com adolescentes, mulheres e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. A atividade pretende abordar conflitos familiares, discriminações, participação social, acesso a direitos e responsabilização diante de violações. No debate interno, surgem diferentes compreensões sobre a Educação em Direitos Humanos: uma delas a entende como conteúdo jurídico-informativo; outra, como prática educativa transversal, articulada à leitura crítica da realidade, à participação democrática e à transformação de práticas institucionais e sociais.

13. Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1/2012, assinale a alternativa CORRETA:

A. A Educação em Direitos Humanos deve orientar ações pedagógicas voltadas à di-

usão de direitos, normas e instituições de proteção, especialmente quando associada a públicos expostos a violações sociais.

B. A Educação em Direitos Humanos se realiza de modo mais adequado quando organizada em ações formativas próprias, pois sua especificidade exige tratamento metodológico separado das demais práticas socioeducativas.

C. A Educação em Direitos Humanos constitui processo educativo fundamentado na dignidade humana, na igualdade de direitos, no reconhecimento e na valorização das diferenças, devendo articular conhecimentos, valores, atitudes e práticas sociais em perspectiva democrática e transversal.

D. A Educação em Direitos Humanos permite abordar desigualdades e violações, desde que a intervenção pedagógica preserve neutralidade diante de valores morais, religiosos e culturais presentes nos grupos atendidos.

E. A Educação em Direitos Humanos deve priorizar a formação para o exercício responsável da cidadania, com foco na mediação de conflitos e na adesão dos usuários às normas de convivência institucional.

No âmbito de uma ação intersetorial em território de elevada vulnerabilidade social no Distrito Federal, uma equipe vinculada à política de assistência social identifica famílias com baixa renda, crianças fora de atividades socioeducativas, adultos sem acesso a qualificação profissional, dificuldades de acesso a serviços públicos e insegurança alimentar. Durante a reunião técnica, discute-se que a resposta estatal não deve se limitar ao repasse de renda, exigindo articulação entre diferentes políticas públicas, identificação territorial das vulnerabilidades e encaminhamento das famílias aos serviços e benefícios compatíveis com sua situação.

14. À luz do Decreto nº 33.329/2011, que regulamenta o Plano pela Superação da Extrema Pobreza — DF sem Miséria, assinale a alternativa CORRETA:

A. O Plano DF sem Miséria organiza-se a partir da articulação entre garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, buscando reduzir desigualdades sociais,

e elevar a qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre e promover ações em áreas como segurança alimentar, assistência social, educação, saúde, habitação e geração de renda.

B. A atuação do Plano DF sem Miséria concentra-se na identificação cadastral das famílias pobres e extremamente pobres, cabendo às demais políticas públicas utilizar essas informações conforme seus próprios critérios, sem necessidade de integração operacional entre os órgãos envolvidos.

C. A busca ativa prevista no Plano possui natureza complementar ao Cadastro Único, sendo adequada para localizar famílias em situação de vulnerabilidade, mas sua utilização não interfere no acesso a serviços, benefícios e ações voltadas à superação da extrema pobreza.

D. A assistência social, no contexto do Plano DF sem Miséria, atua como política de apoio ao acompanhamento familiar, enquanto as ações estruturantes de superação da extrema pobreza são desenvolvidas prioritariamente pelos setores de trabalho, educação e saúde.

E. A identificação de territórios vulneráveis orienta a implantação das ações do Plano, mas a oferta de serviços públicos deve seguir critérios uniformes em todo o Distrito Federal, para evitar diferenciação territorial entre famílias em situação de pobreza.

PORTUGUÊS - SINTAXE DO PERÍODO SIMPLES

27 MAIO - Prof. Poly da Hora

(Quadrix 2025)

15. No trecho “surgiu a necessidade de profissionais que atuassem como intermediários entre fabricantes e mercados consumidores”, o núcleo do sujeito da forma verbal “surgiu” é um termo:

- A.** mencionado após o verbo, no parágrafo anterior.
- B.** mencionado antes o verbo, na oração anterior.
- C.** indeterminado no contexto.
- D.** no plural, que não concorda com ele.
- E.** mencionado após o verbo, na mesma oração.

(Quadrix 2025)

16. No trecho “O conhecimento tem sido reconhecido como um dos mais importantes recursos de uma organização, que torna possíveis ações inteligentes nos planos organizacional e individual”, o sujeito da forma verbal “torna” é:

- A.** “O conhecimento”.
- B.** “um dos mais importantes recursos de uma organização”.
- C.** “uma organização”.

D. “ações inteligentes”.

E. “que”.

(Quadrix 2025)

17. No trecho “A adoção da moeda foi um divisor de águas”, o termo “moeda” é o núcleo do:

- A.** sujeito.
- B.** objeto direto.
- C.** complemento nominal.
- D.** adjunto adverbial.
- E.** adjunto adnominal.

(Quadrix 2025)

18. Em “A celebração da data reforça a importância da introdução de bons hábitos alimentares desde os primeiros anos de vida das crianças”, o termo “da data” exerce, na oração a que pertence, função sintática de:

- A.** sujeito.
- B.** objeto direto.
- C.** objeto indireto.
- D.** adjunto adnominal.
- E.** complemento nominal.

(Quadrix 2025)

O comércio na Europa cresceu significativamente a partir do século XI, especialmente com as feiras medievais, que reuniam mercadores de várias partes do mundo.

19. O termo “de várias partes do mundo” é um:

- A. complemento nominal.
- B. adjunto adverbial.
- C. objeto indireto.
- D. predicativo do objeto.
- E. adjunto adnominal.

(Quadrix 2024)

20. No trecho “No mesmo ano, o papa Francisco também denunciou a chamada ‘arquitetura hostil’ contra os mais pobres”, o uso da vírgula justifica-se porque está deslocado um:

- A. adjunto adverbial.
- B. adjunto adnominal.
- C. objeto indireto.
- D. objeto direto.
- E. sujeito.

(Quadrix 2025)

Pioneiro na área de fecundação in vitro em rebanho bovino, o veterinário Enoch Borges de Oliveira Filho foi o primeiro brasileiro a receber o prêmio da Sociedade Internacional de Tecnologia de Embriões(IETS).

21. O termo “Pioneiro na área de fecundação in vitro em rebanho bovino”, que abre o primeiro parágrafo do texto, tem a função sintática de:

- A. sujeito.
- B. predicativo do sujeito.
- C. adjunto adnominal.
- D. aposto explicativo.
- E. predicativo do objeto.

(Quadrix 2022)

A CF e a Agenda 2030 trazem como diretrizes a adoção de processos de planejamento integrados e participativos. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser empiricamente referenciadas e se valer de indicadores **que possibilitem seu adequado monitoramento**. Mais do que isso, **porém, devem ser elaboradas** a partir da pactuação entre

diferentes setores da sociedade, de modo que possam considerar diferentes visões, necessidades e demandas.

Além disso, em outro sentido, a legitimidade e a eficiência da gestão pública também dependem da participação cidadã, pois ela melhora e fortalece a gestão municipal, pressupõe a transparência e a prestação de contas permanente, o acesso a dados abertos, o controle social e, ainda, a corresponsabilização pelas decisões tomadas.

Para a sociedade civil, **trata-se** de uma oportunidade para ampliar seu entendimento da realidade e influenciar diretamente as resoluções que podem melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos e cidadãs. Uma sociedade democraticamente engajada, ativa e participante da vida pública e política fortalece a cidadania. Por consequência, contribui para expandir a noção dos direitos e deveres de cada um. **Quem** ganha com isso é a soberania popular, o todo — o que se reverte, por sua vez, em benefícios democráticos individuais e coletivos.

22. Acerca de aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa CORRETA:

- A. Em “devem ser elaboradas”, a flexão da forma verbal “devem” na terceira pessoa do plural e a de “elaboradas” no feminino plural justificam-se pela concordância com “diretrizes”.
- B. O deslocamento do termo “porém”, com a vírgula que o segue, para o início do período em que se insere, feito o devido ajuste de letras maiúsculas e minúsculas, manteria a correção gramatical e a coerência do texto.
- C. A oração “que possibilitem seu adequado monitoramento” é construída com verbo no presente do subjuntivo, tem função explicativa e denota uma ação improvável projetada para o futuro.
- D. A forma verbal “trata-se” está flexionada na terceira pessoa do singular porque concorda com “uma oportunidade”, que é o sujeito da oração.
- E. É indeterminado o sujeito da oração “Quem ganha com isso”, por isso o verbo está flexionado na terceira pessoa do singular.

(Quadrix 2022)

“...se nada existisse agora, não haveria tem-

po presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e se o futuro ainda não chegou?”

23. O trecho “esses dois tempos” funciona sintaticamente como:

- A. núcleo do predicado em que ocorre.
- B. complemento direto da locução “podem existir”.
- C. sujeito da locução “podem existir”.
- D. sujeito de duas formas verbais: “existe” e “chegou”.
- E. predicativo do sujeito.

(Quadrix 2021)



24. Sintaticamente, tanto o termo “cruel” quanto o termo “uma mulher” ligam-se ao núcleo do sujeito, “Medusa”. Os dois termos, no entanto, diferenciam-se, porque um funciona como:

- A. sujeito (“cruel”), enquanto o outro funciona como objeto direto (“uma mulher”).
- B. objeto indireto (“cruel”), enquanto o outro funciona como predicativo do objeto (“uma mulher”).
- C. complemento nominal (“cruel”), enquanto o outro funciona como adjunto adverbial (“uma mulher”).
- D. vocativo (“cruel”), enquanto o outro funcio-

na como aposto explicativo (“uma mulher”).

E. adjunto adnominal (“cruel”), enquanto o outro funciona como predicativo do sujeito (“uma mulher”).

(Quadrix 2025)

25. Em “O prefeito exaltava, orgulhoso, a retomada do crescimento”, o termo “orgulhoso” funciona como:

- A. adjunto adnominal.
- B. predicativo do sujeito.
- C. predicativo do objeto direto.
- D. aposto.
- E. sujeito.

(Quadrix 2024)

De acordo com Renata Latuf, arquiteta e pesquisadora da FAU-USP, os Jogos Olímpicos modernos possibilitam que as cidades candidatas promovam sua imagem globalmente, deixando símbolos e patrimônios duradouros.

26. A expressão “arquiteta e pesquisadora da FAU-USP”, presente no último parágrafo, é um exemplo de:

- A. aposto explicativo.
- B. aposto especificativo.
- C. vocativo.
- D. predicativo do sujeito.
- E. aposto resumidor.

LEI Nº 7.484/2024 - PLANO DE CARREIRA DAS SEDES

28 MAIO - Suzele Veloso

Durante reunião administrativa da SEDES, um servidor afirmou que a antiga Carreira Pública de Assistência Social passou por reestruturação e recebeu nova denominação.

27. Nos termos da Lei nº 7.484/2024, a carreira passou a ser denominada:

- A.** Carreira Pública de Gestão Social.
- B.** Carreira Pública de Desenvolvimento Humano.
- C.** Carreira Pública de Desenvolvimento e Assistência Social.
- D.** Carreira Pública de Proteção Social Integrada.
- E.** Carreira Pública de Assistência e Direitos Humanos.

Uma servidora foi designada para atuar em políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

28. Segundo a Lei nº 7.484/2024, essa atuação integra as políticas abrangidas pela carreira porque:

- A.** constitui atividade exclusiva da Secretaria da Mulher.
- B.** está expressamente prevista entre as políticas públicas atendidas pela carreira.
- C.** depende de autorização do Comitê Gestor.
- D.** somente pode ser exercida por especialistas.
- E.** depende de convênio federal.

João pretende ingressar no cargo de Técnico em Desenvolvimento e Assistência Social.

29. Conforme a lei, exige-se, como requisito básico:

- A.** diploma de curso superior.
- B.** ensino fundamental completo.
- C.** ensino médio completo.
- D.** pós-graduação em assistência social.
- E.** experiência mínima de 2 anos no serviço público.

O edital de determinado concurso da carreira previu investigação social e curso de formação.

30. Sobre essas etapas, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** O curso de formação possui apenas caráter

ter eliminatório.

B. A investigação social possui caráter classificatório.

C. O curso de formação pode possuir caráter eliminatório e classificatório.

D. A investigação social somente pode ocorrer para o cargo de especialista.

E. O teste psicológico é sempre classificatório.

Maria encontra-se no padrão 3 da mesma classe há 12 meses e está em efetivo exercício.

31. Nos termos da Lei nº 7.484/2024, ela poderá receber:

- A.** promoção funcional.
- B.** recondução funcional.
- C.** progressão funcional.
- D.** readaptação funcional.
- E.** ascensão funcional

32. A progressão funcional na carreira ocorre:

- A.** mediante publicação obrigatória em Diário Oficial.
- B.** automaticamente, dispensada a publicação do ato.
- C.** somente após avaliação da EGOV.
- D.** apenas após conclusão de curso de capacitação.
- E.** exclusivamente após estágio probatório.

Um servidor em estágio probatório questionou se teria direito à progressão funcional.

33. De acordo com a Lei nº 7.484/2024:

- A.** o estágio probatório impede progressão.
- B.** somente após 3 anos poderá progredir.
- C.** a progressão depende de autorização do sindicato.
- D.** fica garantida a progressão ao servidor em estágio probatório.
- E.** apenas especialistas podem progredir durante o estágio probatório.

34. A promoção funcional na carreira consiste:

- A.** na mudança de cargo mediante concurso interno.

- B. na passagem para outro órgão do DF.
- C. na mudança do último padrão da classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.
- D. no aumento automático da remuneração anual.
- E. na transformação do cargo efetivo em cargo em comissão.

35. Os servidores da carreira poderão ter mobilidade:

- A. apenas para órgãos da assistência social.
- B. exclusivamente mediante concurso de remoção.
- C. para qualquer órgão distrital atendido pela carreira.
- D. somente após 5 anos de exercício.
- E. apenas mediante autorização legislativa

36. O quantitativo de cargos de Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social previsto na lei corresponde a:

- A. 500 cargos.
- B. 1.000 cargos.
- C. 1.500 cargos.
- D. 2.000 cargos.
- E. 3.000 cargos.

37. Segundo o art. 2º da Lei nº 7.484/2024, o quantitativo previsto para o cargo de Auxiliar em Desenvolvimento e Assistência Social é de:

- A. 250 cargos.
- B. 500 cargos.
- C. 750 cargos.
- D. 2.000 cargos.
- E. 3.000 cargos.

Carlos atua diretamente em unidade de acolhimento e abrigamento.

38. Nos termos da GDAS, o percentual devido será de:

- A. 5%.
- B. 10%
- C. 15%
- D. 25%
- E. 30%

LOAS

29 MAIO - Adenilton Almeida

39. Sobre a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993 e suas atualizações), marque a alternativa CORRETA a seguir:

- A. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social especial, tem o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
- B. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição nas respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social, cabendo a estas secretarias a fiscalização das referidas entidades.
- C. O benefício de prestação continuada deve ser revisto anualmente para avaliação da

continuidade das condições que lhe deram origem.

D. O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação constituem motivo de cessação do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência.

E. É condição para a transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios municipais destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.

40. De acordo com o Art. 12 da Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da Assistência Social, compete aos

municípios:

- A.** Responder pela concessão dos benefícios de prestação continuada.
- B.** Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- C.** Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- D.** Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- E.** Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

A lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências.

41. Assinale a opção que apresenta um dos princípios da Assistência Social:

- A.** A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- B.** A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- C.** Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- D.** Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos;
- E.** Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

O artigo 6º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define como funciona a gestão e organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

42. Nesse contexto, registre (V), para verdadeiro, e (F), para falso, nas afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- () As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhi-

ce e, como base de organização, o território.

- () A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério da Saúde.

() O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- A.** V, F, F.
- B.** V, V, V.
- C.** F, F, F.
- D.** F, F, V.
- E.** V, F, V.

43. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social, prevendo os programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada – BPC:

- A.** à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- B.** à pessoa com deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- C.** somente à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- D.** à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- E.** somente à pessoa idosa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

O processo de nacionalização do modelo brasileiro de Assistência Social supõe a pactuação dos agentes federativos para dar concretude a essa política. A operação do sistema de federalismo cooperativo é realizada pela adesão de cada município, a partir da in-

fraestrutura implantada. Em se tratando de repasses de recursos, estão habilitados a pertencer ao SUAS os municípios que tenham instituídos e em funcionamento o Conselho, o Fundo e o Plano de Assistência Social.

44. De acordo com o artigo 30 (parágrafo único) da LOAS, é ainda condição para essa transferência de recursos a comprovação orçamentária com alocação no Fundo de:

- A.** doações de pessoa física.
- B.** aplicações tributáveis.
- C.** subvenções internacionais.
- D.** investimentos privados.
- E.** recursos próprios.

JC, pessoa com deficiência moderada, recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e decide aceitar uma oferta de emprego em uma empresa privada, com salário mensal de três salários mínimos. Ele mantém o CPF regular, está inscrito no CadÚnico, e o benefício foi suspenso corretamente ao ingressar no mercado de trabalho. Dois meses após começar no novo emprego, JC solicita o auxílio-inclusão junto ao INSS.

45. Com base na situação hipotética descrita, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993, é correto afirmar que JC:

- A.** Tem direito ao auxílio-inclusão, e o valor será retroativo ao início de seu contrato de trabalho.
- B.** Tem direito ao auxílio-inclusão automaticamente, sem necessidade de requerimento formal ao INSS.
- C.** Não tem direito ao auxílio-inclusão, pois o auxílio só é concedido para pessoas com deficiência grave.
- D.** Não tem direito ao auxílio-inclusão, pois sua remuneração ultrapassa o limite de dois salários mínimos estabelecido por lei.
- E.** Tem direito ao auxílio-inclusão, pois atende a todos os requisitos, incluindo o critério de renda e inscrição no CadÚnico.

A participação da sociedade civil é destacada no artigo 6º-F da LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 como uma forma de ampliar o alcance do CadÚnico.

46. De acordo com a referida legislação,

qual é o papel da sociedade civil nesse processo:

- A.** Financiar programas sociais vinculados ao CadÚnico.
- B.** Monitorar a utilização dos dados pelas esferas governamentais.
- C.** Assumir a gestão direta das unidades de cadastramento.
- D.** Elaborar as políticas públicas para atender as demandas identificadas no CadÚnico.
- E.** Apoiar a identificação de pessoas que necessitam ser incluídas no CadÚnico.

Em consonância com a Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011, a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de Sistema Único de Assistência Social.

47. Analise as características definidas abaixo e assinale as que correspondem à forma como esse sistema é organizado.

- A.** centralizado e democrático
- B.** regional e compartimentado
- C.** descentralizado e participativo
- D.** hierárquico e institucional

48. De acordo com a Lei 8.742/1993, assinale a alternativa INCORRETA a respeito da Competência do Conselho Nacional de Assistência Social:

- A.** Aprovar a política municipal de Assistência Social.
- B.** Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social.
- C.** Apreçar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
- D.** Elaborar e aprovar seu regimento interno.
- E.** Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

49. Acerca da vigilância socioassistencial, podemos afirmar que:

- A.** visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- B.** É um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabili-

dade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

C. são aquelas sem fins lucrativos que, isoladas ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica da Assistência Social, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

D. visa analisar, territorialmente, a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

E. é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

e gestão municipal, estadual ou regional destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

50. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a alternativa INCORRETA:

A. O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

B. É vedada à sociedade civil a possibilidade de cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, nos termos do regulamento.

C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Cras e no Creas, respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de Assistência Social.

D. O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

E. O Creas é a unidade pública de abrangência

   OSPEDAGOGICOS

20
Simulado
Premiado
SEDES

 **PEDAGÓGICOS**
cursos e concursos